

Os Novos Desafios do MIBEL

João Manso Neto

Lisboa 1 de Junho 2010



Índice

- I. MIBEL – uma realidade que não pode parar
- II. Desafios imediatos – retoma do processo de unificação dos mercados
- III. Reformas estruturais necessárias
- IV. Desenvolvimentos adicionais
- V. Conclusões

I – MIBEL – uma realidade

1. No início predominavam os cépticos que:

a) Desvalorizavam os progressos alcançados:

- mercados à vista e a prazo unificados
- eliminação dos PPA's
- liberdade de comercialização
- a expansão do investimento na produção convencional (hídrica e térmica), só possível num mercado alargado;

b) Apenas se focavam:

- no *Market Splitting*
- no baixo nível da comercialização livre em Portugal

I – MIBEL – uma realidade

2. Cépticos que ignoravam:

- a) Que era a existência de **tarifas** que pressupunham um custo de energia abaixo do preço de mercado que **inviabilizava a comercialização** livre, fenómeno totalmente alheio ao MIBEL;
- b) As **razões conjunturais** do *Market Splitting* (anos secos, indisponibilidades programadas em Portugal);
- c) Que na base do *Market Splitting* estavam **diferenças estruturais** entre os dois países (sistema produtivo mais atrasado em Portugal) que seriam ultrapassadas com a entrada em funcionamento das novas CCGT's em Portugal e pelo reforço, já em curso, das interligações.

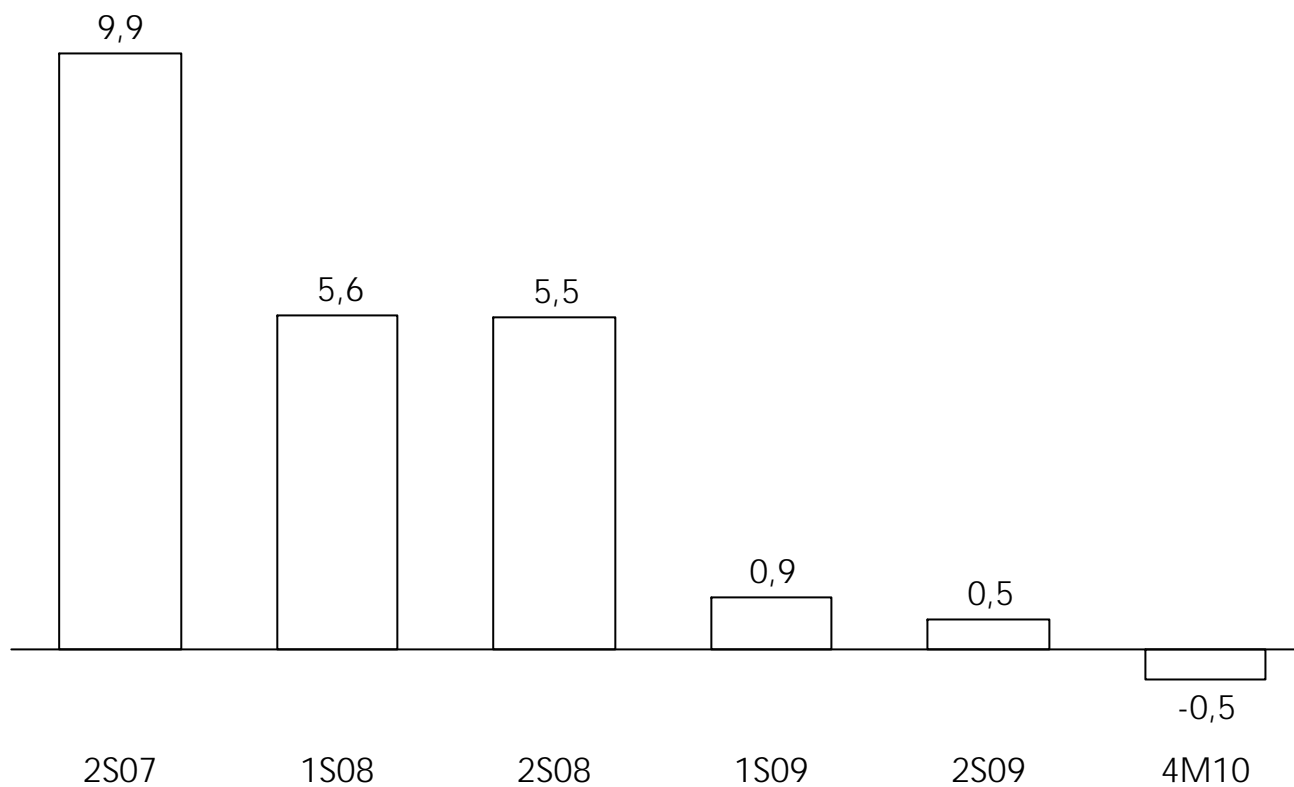
I – MIBEL – uma realidade

3. Em 2010 é óbvio que os cépticos não tinham razão:

- a) O *Market Splitting* praticamente desapareceu, tendo mesmo invertido muitas vezes. Para isso contribuíram razões **conjunturais** (alta hidraulicidade) mas também **estruturais** (novas CCGT's em Portugal).

O diferencial de preços entre Portugal e Espanha tem mostrado tendência para redução, tendo-se já verificado preços PT<ES

Evolução do *market splitting* entre Portugal e Espanha
€/MWh, 2S07-4M10

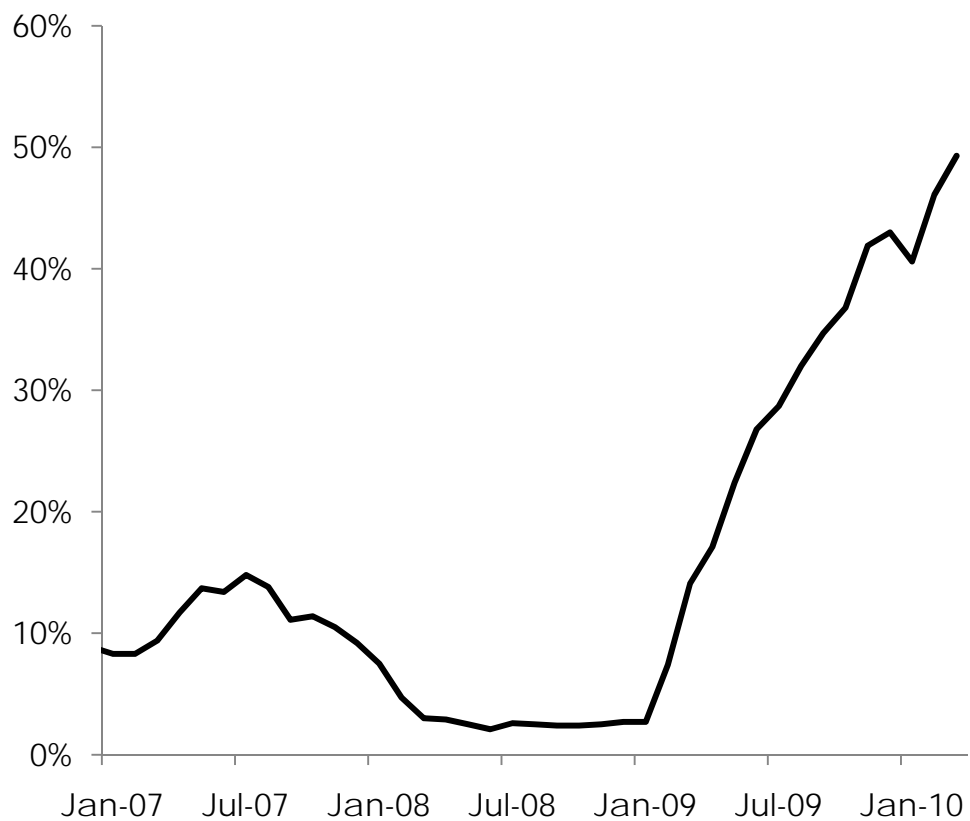


I – MIBEL – uma realidade

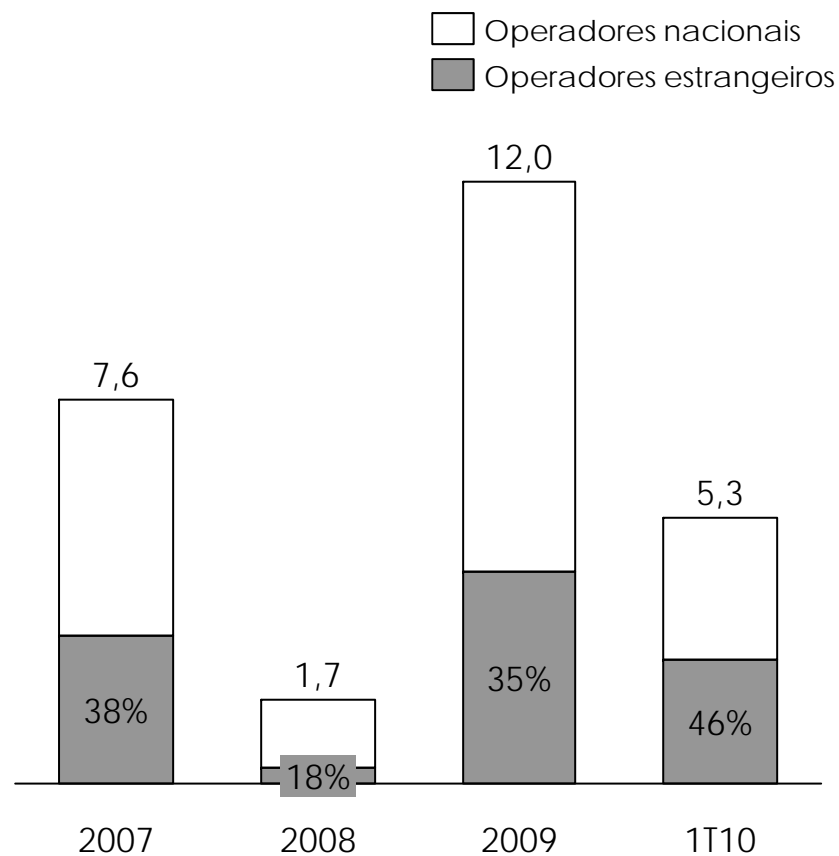
- b) O Mercado livre em Portugal expandiu-se, sendo muito relevante no B2B a quota de mercado dos comercializadores espanhóis (e no B2C não existe ainda uma presença significativa devido à concorrência da tarifa regulada);

Evolução do mercado de retalho livre em Portugal

Energia comercializada em mercado livre em Portugal face ao consumo total %



Energia comercializada em mercado livre em Portugal TWh, 2007-1T2010



I – MIBEL – uma realidade

4. O referido nos pontos anteriores e o grande impacto que o MIBEL teve nos investimentos energéticos em Portugal mostra que estamos perante uma realidade inquestionável reconhecida por quaisquer entidades externas ou internas.

5. Mas se é muito positivo tudo o que aconteceu, não podemos acomodarmo-nos ao realizado, havendo que progredir nas seguintes direcções:
 - a) Conclusão do processo de uniformização de regras de mercado, havendo, em particular, que eliminar as novas divergências que entretanto ocorreram;
 - b) Abordagem ao nível do MIBEL das reformas que há a fazer no sistema eléctrico;
 - c) Evolução do MIBEL para áreas de desenvolvimento naturais e inevitáveis.

II - A necessidade da retoma da unificação dos mercados

1. Depois do surto unificador ocorrido em 2007, o processo de convergência do mercado não foi concluído, tendo mesmo ocorrido zonas de divergência e iniciativas unilaterais.
2. Para contrariar estas tendências e repor a dinâmica necessária, o primeiro conjunto de iniciativas a empreender passará pela retoma do processo de unificação de regras, destacando, em particular, os seguintes aspectos:
 - a) A introdução do sistema de **garantia de potência em Portugal**, numa primeira fase igual à existente em Espanha – há uma situação clara de discriminação contra o investimento realizado em Portugal, não se cumprindo nem com os tratados internacionais entre Portugal e Espanha nem com o estipulado na lei portuguesa que prevê que uma portaria regulamente a matéria.

II - A necessidade da retoma da unificação dos mercados

- b) **Política tarifária comum**, sendo necessário, designadamente, a implementação das seguintes medidas:
 - b1) Eliminação das tarifas industriais em Portugal – e é o momento ideal para o fazer
 - b2) Criação da tarifa de último recurso em Portugal, e redução do seu âmbito de alcance a nível ibérico
 - b3) Definição de regras idênticas para a definição e construção da tarifa de último recurso nos dois países;
- c) Generalização da **interruptibilidade** para os clientes portugueses no mercado livre;

II - A necessidade da retoma da unificação dos mercados

- d) Unificação de critérios de **zonas de balanço** entre os dois países eliminando a discriminação negativa sobre a flexibilidade dos produtores portugueses que têm menos liberdade do que os espanhóis nas compensações de desvios de produção entre centrais;
- e) **Não proliferação de mercados a prazo no MIBEL**, eliminando-se situações em que produtos similares – leilões OMIP, leilões CESUR – são tratados diferentemente nos dois países;
- f) Criação de **leilões de interligação** verdadeiramente **ibéricos**;

II - A necessidade da retoma da unificação dos mercados

3. A solução de toda esta problemática afigura-se-nos perfeitamente passível de ser efectuada a muito curto prazo desde que adoptemos a postura proactiva que se impoem:
- a) Medidas há que terão de ser tomadas pela parte portuguesa (garantia de potência, fim das tarifas industriais);
 - b) Há, por outro lado, que garantir que os problemas ibéricos serão vistos a nível ibérico e não unilateralmente por cada um dos países. A criação do OMI facilitará essa convergência mas o diálogo permanente a nível político e dos Órgãos Reguladores (cujos pareceres deveriam ser crescentemente considerados) será também essencial;

II - A necessidade da retoma da unificação dos mercados

4. Sendo embora decisiva, a conclusão da unificação dos mercados é apenas um primeiro passo dos progressos que é necessário empreender – há que, em paralelo, trabalhar no mais importante, nas reformas do sistema, sem as quais o mesmo poderá entrar em ruptura.

III – Reformas estruturais necessárias

1. O sistema eléctrico ibérico tem pontos muito positivos:

- a) **Não há problemas de garantia de abastecimento** fruto dos investimentos realizados;
- b) Em coerência com as tendências e directrizes internacionais, houve um **progresso muito grande na implementação das Energias Renováveis** – que numa fase inicial terão de ser apoiadas – e na criação de *clusters* industriais relevantes;
- c) Temos um sistema **eficiente e concorrencial** devido à adopção de políticas de mercado que viabilizaram a liberalização e a eficiente alocação de recursos.

III – Reformas estruturais necessárias

2. Mas o sistema tem também desequilíbrios importantes que terão de ser resolvidos sob pena de se criarem situações de ruptura:

- a) **Desadequação entre a forma de retribuição das centrais térmicas e o seu papel para o equilíbrio do sistema.** Não pode ser esquecido que:
- (i) Com o crescimento das renováveis e com a eficiência energética as centrais não funcionam (nem irão funcionar) as horas previstas inicialmente;
 - (ii) Quer por razões estruturais ligadas ao referido em (i) quer por causas conjunturais (crise económica, depressão internacional dos preços do gás, hidraulicidade) deparamo-nos com *spreads* negativos em todas as tecnologias térmicas;
 - (iii) Não obstante (i) e (ii), as centrais térmicas são absolutamente necessárias para a segurança do sistema, garantindo o adequado *back-up* às renováveis – e não há centrais a mais para cobrir a ponta;
 - (iv) Ao não remunerar as centrais pelos serviços (iii) a actual regulação poderá levar ao fecho das centrais térmicas com consequências para a segurança do sistema dado que as receitas de mercado não cobrem os custos variáveis.

III – Reformas estruturais necessárias

- b) Sobretudo em Espanha **a pressão para a criação de deficits relevantes** é muito grande, como consequência (i) da subida do peso de algumas renováveis menos maduras com subsídios por vezes excessivos e (ii) da existência das tarifas que não reflectem os custos do sistema.
 - c) Há a necessidade de **desenvolvimento das Redes Inteligentes de Distribuição e do Transporte** como consequência do peso crescente das renováveis, da geração distribuída e, a prazo, do veículo eléctrico. O actual sistema de retribuição não incentiva estes investimentos de risco tecnológico mais elevado.
3. **Face à gravidade da situação, a não abordagem conjunta no mercado ibérico destes problemas poderá levar, como referido, a uma ruptura do sistema, com:**
- a) Um crescimento excessivo de custos para o consumidor e/ou deficits explosivos;
 - b) Riscos na segurança do abastecimento com o possível fecho de centrais térmicas;
 - c) Dificuldades na gestão de redes.

III – Reformas estruturais necessárias

4. Neste quadro e sem pôr em causa:

- a) O **sistema de mercado**, garante da concorrência e da eficiente alocação de recursos;
- b) A **necessidade de apoio às renováveis** cujo sobrecusto adicional será decrescente com o progresso tecnológico e com a subida de preço dos combustíveis fósseis.

Consideramos que o sistema eléctrico necessita de reformas profundas que passam por:

- (i) **Uma revisão do sistema de remuneração das centrais térmicas**, que terá de ser adequado à sua crescente função de *back-up* em detrimento das receitas puramente ligadas à venda de energia nos mercados;
- (ii) **A reformulação, para os novos projectos** (não se devem mudar as regras com efeito retroactivo) do **processo de incentivos às renováveis**:
 - Adequando os incentivos à evolução tecnológica.

III – Reformas estruturais necessárias

- Adoptando uma postura de maior ponderação ao incentivo às renováveis não maduras tecnologicamente, de forma a – sem prejudicar a investigação - não sobrecarregar a tarifa nem sobreinvestir em tecnologias que facilmente podem ficar obsoletas.

- (iii) O **Fomento das Redes Inteligentes**, o que passa por não discriminar negativamente quaisquer pontos da cadeia de valor e por atribuir um prémio de risco adequado;
- (iv) **Transformação do conceito de tarifa de último recurso** que – não sendo uma tarifa social (a reformular, aliás, em Portugal) – deverá ser flexibilizada no sentido de passar a reflectir sistematicamente a integralidade dos custos, viabilizando, conseqüentemente, uma comercialização sustentável. A tarifa de último recurso deve ser cada vez mais uma tarifa para situações de transição, havendo, por outro lado, a tarifa social para os cidadãos mais carenciados.

III – Reformas estruturais necessárias

5. Não se trata de uma revolução mas sim da introdução de reformas profundas no sistema, as quais, sendo urgentes, têm de ser tratadas ao nível do MIBEL o que, por sua vez exige, também aqui, uma coordenação permanente ao nível dos:

- Decisores políticos
- Órgão de regulação

IV - Desenvolvimentos adicionais

1. E se estas reformas urgentes têm de ocorrer a curto prazo, o MIBEL não poderá ficar fechado sobre si mesmo, tendo de alargar-se a mercados colaterais quer em termos de produto quer geográficos.

2. Neste sentido consideramos prioritário:
 - a) O desenvolvimento do **MIBGÁS**, como um mercado líquido e transparente. A Península Ibérica tem todas as condições para – pelas suas ligações múltiplas aos produtores (por tubo e GNL) e pela elevada procura de Gás – ser um *hub* determinante;
 - a1) A criação desse mercado requer uma cooperação muito intensa entre os Operadores de Mercado e os Gestores do Sistemas;
 - a2) Só uma abordagem conjunta dos dois países ao nível das interligações de Gás com França, permitirá rentabilizar os investimentos em infra-estruturas gasistas na Península e permitir maior concorrência;

IV - Desenvolvimentos adicionais

- b) A evolução para o Mercado Único Europeu, que passa pela expansão das **interligações eléctricas com França** - deve ser também assumida como uma prioridade do MIBEL;
 - b1) As interligações potenciarão as vantagens comparativas de Portugal e Espanha no domínio das renováveis;
 - b2) A concretização da interligação física requer, de novo a abordagem conjunta dos dois países para ultrapassar quaisquer resistências;
 - b3) Uma melhor coordenação económica dos mercados é possível, mesmo com as actuais interligações, desde que se aplique o Market Coupling.

V - Conclusões

1. O MIBEL é uma realidade reconhecida a nível europeus e os progressos foram notórios.
2. Corremos, contudo, o risco de nos acomodarmos ao efectuado.
3. Alcançar o patamar seguinte e consolidar o MIBEL passa não apenas pela conclusão do trabalho iniciado – a unificação do mercado – como também por, em conjunto, antecipar e discutir o modelo do novo sistema e implantar as reformas necessárias sem prejuízo de, em simultâneo, promover a criação do MIBGÁS e o reforço das ligações físicas e financeiras com França.